

Nível Superior

# AUDITOR SUBSTITUTO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo o enunciado do caso concreto e das duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas



## TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas para o caderno de textos definitivos
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de prova está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos
- Use somente caneta esferográfica, com tinta preta ou azul, fabricada em material transparente
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados para esse fim
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado
- Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!



## Discursiva

---

### 1

#### Caso concreto para elaboração de decisão

A lei orçamentária anual de determinado Município autorizou a contratação de despesas para a realização de obras públicas, no respectivo exercício, no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo autorizado, igualmente, a contratação de empréstimo externo na ordem de R\$ 1.500.000,00, o que viabilizaria a realização da integralidade das referidas obras.

O empréstimo foi efetivamente contraído, a partir de decisão do Prefeito Municipal, advogado especialista em direito constitucional e financeiro, e as obras públicas empenhadas, contratadas, liquidadas e efetivamente pagas, tudo no mesmo exercício financeiro. Na medida em que, em razão do valor do referido empréstimo, sobejou disponibilidade financeira, o Prefeito Municipal encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal solicitando a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 400.000,00, que seriam destinados ao pagamento de despesas de pessoal, isso em razão de benefícios estatutários instituídos no mesmo exercício financeiro. Em virtude da grande divisão de forças políticas no Poder Legislativo, a Câmara Municipal, composta por nove integrantes, aprovou o projeto com o voto de quatro dos sete vereadores presentes à sessão. Com a sanção e a entrada em vigor da lei, o Prefeito Municipal, em solenidade muito concorrida, deferiu os benefícios requeridos por cada um dos servidores interessados e determinou o respectivo pagamento.

No ano seguinte, observados os prazos previstos na ordem jurídica, o Prefeito Municipal encaminhou, ao Tribunal de Contas competente, as contas correspondentes às despesas descritas na presente narrativa.

Considerando os distintos aspectos jurídicos envolvidos na narrativa, redija a decisão a ser proferida pelo Tribunal de Contas a respeito das contas, devidamente fundamentada, dispensada a elaboração de ementa e relatório.

(Responder a questão em, no máximo, 90 linhas – **Valor: 40 pontos**)

### 2

Em licitação para a contratação de obra destinada à construção de uma escola pública estadual, o instrumento convocatório: (I) não se faz acompanhar do orçamento estimado da contratação; (II) transfere a obrigação de elaborar o projeto básico para o contratado; (III) prevê que a habilitação se dará após o julgamento das propostas e somente em relação ao licitante vencedor; (IV) prevê fase recursal única, na qual serão examinados os recursos relativos às propostas e à habilitação.

Finda a licitação e no curso da execução contratual, o Ministério Público representa ao Tribunal de Contas, solicitando providências quanto a alegadas ilegalidades e inconstitucionalidades do edital do certame e, por conseguinte, do próprio contrato.

Diante de tal contexto:

- a - Analise separadamente a juridicidade de cada um dos itens do edital acima mencionados, indicando os dispositivos constitucionais e legais pertinentes;
- b - Discorra sobre as providências que o Tribunal de Contas poderá adotar, caso verificada alguma violação ao ordenamento jurídico;
- c - Explique os direitos da empresa contratada, caso a solução do caso fosse a anulação do contrato.

(Responder a questão em, no máximo, 60 linhas – **Valor: 30 pontos**)

### 3

Determinado Município do Estado do Rio de Janeiro, após criar, por lei específica, seu regime próprio de previdência social, voltado a servidores ocupantes de cargo público de provimento efetivo e seus dependentes, vislumbra algumas possibilidades de adequação atuarial do regime. De início, o aludido Município decide criar, por lei, contribuição de servidores inativos. Para tanto, fixa alíquota de 11% sobre o total dos proventos de servidores que se aposentaram após 31/12/2003 e, para aqueles já aposentados nesta data, 11% sobre os proventos que ultrapassem 50% do limite máximo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos do art. 4º da EC nº 41/03.

Desta forma, em uma situação hipotética na qual o teto do RGPS seja de R\$ 5.000,00, para o servidor José, que se aposentou em junho de 2015, com proventos de R\$ 10.000,00, sua contribuição será de 11% sobre a totalidade de seus proventos. Já para o servidor João, que jubilar-se em janeiro de 2002, também com proventos atuais de R\$ 10.000,00, arcará com contribuição de 11% sobre a parcela que ultrapassar R\$ 2.500,00.

Diante da hipótese apresentada, responda, fundamentadamente, os itens a seguir:

- a - Quanto aos servidores já aposentados em 31/12/2003, o procedimento municipal está correto?
- b - Quanto aos servidores aposentados após 31/12/2003, é correto o procedimento adotado pelo Município?
- c - Caso o servidor municipal obtenha o direito à aposentadoria voluntária prevista no art. 40, § 1º, III, “a” da CF/88 e se mantenha em atividade, fazendo jus, portanto, ao abono de permanência, e partindo da premissa que este Município siga as mesmas regras de composição da base de cálculo previdenciária adotadas pela União, irá esta parcela sofrer incidência da contribuição previdenciária?
- d – Caso o referido Município venha, em momento futuro, a extinguir o regime próprio de previdência social, quais serão os encargos atuais e futuros para o Município e as consequências para os servidores ativos, inativos e pensionistas?

(Responder a questão em, no máximo, 60 linhas – **Valor: 30 pontos**)

# Rascunho

Realização

